

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Situação dos Centros de Processamento de São Jorge e Graciosa

Senhora Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhor Presidente do Governo

Senhoras e senhores membros do Governo,

Em abril e maio deste ano o Grupo Parlamentar do PSD Açores visitou os Centros de Processamento de Resíduos de São Jorge e da Graciosa.

O que vimos foi o resultado de uma política de gestão de resíduos baseada no princípio do salve-se quem puder.

É certo que a nossa realidade insular representa um desafio acrescido à infraestruturização para o tratamento e destino final dos resíduos e, claro está, ao transporte marítimo dos resíduos entre ilhas, ou das ilhas para o território continental.

Mas, foi por isso que se dotou a Região com um quadro normativo exigente e com uma estrutura de gestão, supostamente moderna e ambiciosa. Deveriam estas capacitações, em cada uma das ilhas, “contribuir para a resolução dos problemas e lacunas existentes na gestão de resíduos”.

Não entendemos, portanto, como é que tantas lacunas e tantos problemas continuam a persistir, e em alguns casos de forma tão gritante.

Qualquer um de nós ao ler os objetivos em matéria de prevenção e gestão de resíduos dos Açores ficará com uma ideia maravilhosa e fantasiosa sobre o que acontece ao lixo na Região, mas o facto é que a realidade mostra-nos algo bem diferente, algo dececionante, algo que deveria envergonhar quem traça e orienta o rumo das políticas ambientais nesta Região. Algo que dá nota do falhanço na implementação das políticas de prevenção e gestão de resíduos na Região

Mas o sentido de impunidade e a irresponsabilidade tendem a toldar certas características da personalidade humana e, por isso, certos estamos que vergonha ou humildade para reconhecer as falhas não serão ingrediente nesta “receita”.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores deputados

Sustentabilidade, defesa da saúde pública, minimização do uso de recursos não renováveis, ou economia circular, não passam de chavões para quem tomar contacto com aquilo que é a realidade da prevenção e gestão de resíduos em algumas das nossas ilhas que revelam bem o falhanço governativo nesta matéria – São Jorge e Graciosa são dois exemplos disso.

Na operacionalização da estratégia de gestão de resíduos conceberam-se projetos e construíram-se infraestruturas em todas as ilhas. Privilegiou-se uma infraestruturização baseada em unidades de valorização orgânica. Determinou-se a construção de apenas dois aterros na Região, um em São Miguel e outro na

Terceira, licenciados para receberem o refugio das restantes ilhas, e deu-se início aos procedimentos de selagem dos restantes, com conclusão prevista e anunciada para 2016.

No papel pareceu e parece tudo maravilhoso. No papel tínhamos e temos uma política de prevenção e gestão de resíduos que dá resposta concreta às necessidades e problemas da Região.

Fora do papel, porém, tudo é diferente!!!

Fora do papel a selagem dos aterros das sete ilhas resvalou para além de 2016 e em algumas ilhas com aterros selados, surgiram, convenientemente, “buracos” para fazer desaparecer algumas toneladas de resíduos. Toneladas que desaparecem dos relatórios e deturpam as estatísticas. É caso para colocar em causa as estatísticas que apontam, por exemplo, para a ilha da Graciosa uma percentagem de valorização orgânica e material na ordem do 80%.

Fora do papel o que existe em algumas ilhas são autênticas lixeiras com telhado. Lixeiras onde os resíduos, misturados num cocktail insalubre colorido, quase tocam no teto – basta visitar o Centro de Processamento de Resíduos da Graciosa para ver esse cenário.

Fora do papel existem enfardadores de resíduos, estações de transferências, estações de tratamento de águas lixiviantes e uma série de outros equipamentos que custaram “balúrdios” e que não funcionam.

Fora do papel algumas ilhas têm instalações sujeitas à corrosão e à degradação, fruto do recurso a projetos desajustados, da utilização de materiais inadequados, da inexistência de ações de limpeza e de manutenção dos edifícios e dos equipamentos, mas também de uma precária e duvidosa fiscalização e

acompanhamento por parte das autoridades àquela que é a atividade dos Centros.

Fora do papel existem na Região enormes dificuldades no transporte de resíduos entre ilhas, dificuldade essas que levam a artimanhas terceiro-mundistas, sempre impunes e que sugerem compadrios vergonhosos, para fazer desaparecer algumas toneladas de resíduos num buraco qualquer, seja uma pedreira ou um aterro a ser selado.

Fora do papel o que se produz em quase todas as ilhas é composto sem qualidade e sem possibilidade de escoamento para o mercado, mas que nas estatísticas contribui de forma enviesada para alcançar metas a que estamos obrigados.

Fora do papel verifica-se incapacidade para a receção ou gestão de algumas tipologias de resíduos por parte de alguns Centros de Processamento, falamos no caso concreto dos subprodutos de origem animal. Aliás, o Grupo Parlamentar do PSD Açores teve a oportunidade de ver, in loco, em São Jorge, o sangue proveniente de animais abatidos no matadouro da ilha, ser despejado, sem qualquer tipo de controlo, por cima de uma zona de cascalho, sem tela de impermeabilização, dentro do perímetro do centro de processamento de resíduos.

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores deputados

Considerou sua Excelência o Presidente do Governo Regional, em Santa Maria, em 2016, aquando da inauguração do centro de processamento de resíduos daquela ilha, que culminou com a conclusão da rede de centros de processamento de resíduos dos Açores, que se estava perante a conclusão "de uma das maiores

transformações estruturais" a que a Região assistiu nos últimos tempos. Anunciou, ainda, que os Centros de Processamento de Resíduos construídos nas várias ilhas dos Açores, “num investimento de cerca de 38 milhões de euros, permitiram criar mais de uma centena de postos de trabalho, dando expressão prática ao contributo da chamada 'economia verde' para a criação de emprego na Região”.

Vemo-nos obrigados a perguntar ao Senhor Presidente do Governo Regional se visitou recentemente algumas dessas infraestruturas. Dúvidas temos se continuará tão regozijado com as condições desses postos de trabalho.

Um Centro de Processamento de Resíduos não deveria ser uma lixeira com telhado. Não deveria ser um barracão numa batalha perdida contra a ferrugem, nem tão pouco deveria ser um santuário para ratos e baratas.

Os números dos relatórios, as estatísticas abonatórias, claramente deturpadas e falseadas, não nos impressionam, impressionou sim o que vimos em São Jorge e na Graciosa.

Investiram-se, ou melhor gastaram-se, até 2016, 38 milhões de euros na construção da rede de centros de processamento de resíduos da Região. Só para os Centros de São Jorge e da Graciosa foram cerca de 12 milhões de euros.

Os Jorgenses, Graciosenses e todos os Açorianos merecem mais do que barracões onde se esconde a sujidade ambiental e intelectual de quem nos governa.

Senhora Secretária Regional da Energia, Ambiente Turismo,

Uma enorme transformação estrutural em matéria de prevenção e gestão de resíduos é, de facto, realmente necessária. A construção de uma rede de Centros de Processamento de Resíduos na Região e a sua concessão, não descartam as responsabilidades governamentais na matéria.

Além de responsabilidades ao nível das condições de trabalho e da defesa da saúde pública, em termos ambientais existem responsabilidades, que não têm sido assumidas. Falamos da garantia do cumprimento das obrigações contratuais constantes dos cadernos de encargos das concessões, referentes, por exemplo, à higienização e limpeza das instalações, ao bom estado das infraestruturas, ou ao bom estado e funcionamento dos equipamentos. O que temos é um abandono que dá nota do falhanço na implementação da política de gestão de resíduos na Região.

Senhora Secretária solicitamos que tenha humildade, coragem e honestidade política e intelectual para assumir o falhanço e para fazer cumprir o que está no papel.

De si e deste Governo exige-se muito mais!!!